

Jornal

Reparação

Março 2026
Nº 14

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

A LENTA RECUPERAÇÃO DO PARAOPEBA

Em sete anos, dragagem do
rio nem alcançou os 3 km.
Faltam 300 **Páginas 6 e 7**



Ilustração: Sara Abduani

AUXÍLIO EMERGENCIAL

Pessoas atingidas seguem
recebendo, mas Vale não quer
pagar mais nada

página 3

ANEXO 1.1

Comissões brigam para
obter mais recursos para
as pessoas atingidas

página 4

ANEXO 1.3 PARA PCTS

Cursos têm início em
Paraopeba; outros
municípios ainda aguardam

página 8

Editorial

Marília Andrade

Coordenadora Geral da ATI

Olá, Região 3!

O longo processo de reparação aos danos causados pelo terrível desastre-crime da barragem da Vale, em Brumadinho, segue em curso.

Desde 2020, o Nacab atua como Assessoria Técnica Independente (ATI) na Região 3 da Bacia do Paraopeba. Nesses anos, o trabalho tem sido construído ao lado das pessoas atingidas, enfrentando obstáculos, mas também contribuindo para conquistas significativas.

Uma delas foi a ampliação do reconhecimento de quem é atingido. Ainda em 2020, o Nacab defendeu que pessoas fora da faixa de 1 km do rio Paraopeba fossem incluídas no Pagamento Emergencial. Também

apresentamos notas técnicas à Justiça para garantir o pagamento retroativo a quem foi cadastrado após o início do programa - o passivo do Emergencial.

Em 2022, com base nas narrativas das comunidades e em estudos geoespaciais, o Nacab contribuiu para conceituar as poligonais na Bacia do Paraopeba, que ampliaram o reconhecimento dos territórios atingidos e possibilitaram incluir milhares de pessoas no Programa de Transferência de Renda (PTR).

Após o fim do PTR, em 2025, a atuação seguiu firme. Fornecemos subsídios jurídicos para embasar a Ação Civil Pública que reivindica o direito ao Novo Auxílio Emergencial, que ainda corre no tribunal.

Outro eixo fundamental é o fortalecimento da organização popular. A ATI apoiou a articulação das comunidades, estimulando o diálogo com o poder público e a par-

ticipação social nos municípios, num processo que resultou na criação de diversas associações comunitárias. A partir de 2024, também houve apoio na estruturação dos Conselhos e da governança do Anexo 1.1, envolvendo 69 comunidades nos municípios da Região 3.

No campo jurídico, nossa atuação é estratégica. Contribuímos com subsídios relevantes para a petição que deu início à liquidação coletiva dos danos individuais homogêneos pela Justiça. Destaque para a pesquisa jurisprudencial que ajudou a fundamentar a adoção desse caminho.

Existem muitas outras conquistas, que não cabem aqui. Mais do que listá-las, reafirmamos o compromisso de lutar junto com as pessoas atingidas. É nesse diálogo permanente que se constroem caminhos possíveis para a Reparação Integral!

Marcos Oliveira / Nacab



■ **Mulheres se reúnem para falar sobre pertencimento e renda**

No dia 21 de março, foi realizado, em Soledade de Pequi, o 1º Intercâmbio de Mulheres da Região 3, iniciativa da ATI Paraopeba Nacab em parceria com o projeto Teia Agroecológica de Mulheres. A atividade promoveu um rio das memórias, onde as mulheres lembraram suas trajetórias e apresentaram itens que representam suas comunidades. Além disso, houve a oficina de produção de Cadernetas Agroecológicas, para a identificação da renda gerada pelo trabalho delas.

**SIGA O NACAB
NAS REDES!**

   @nacabmg



www.nacab.org.br

Assessoria
Técnica
Independente
PARAOPEBA

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

Rua Santo Antônio, 30, Apto. 2. João Braz -
Viçosa, MG
E-mail: contato@nacab.org.br

Coordenadora-Geral: Marília Andrade Fontes
Coordenação Geral: Alexandre Chumbinho,
Irla Paula Stopa, Marília Andrade, Marluce
de Souza Abduane
Gerente Administrativo Financeira: Marluce
de Souza Abduane
Gerente Jurídico: Alexandre Chumbinho
Gerente de Reparação: Irla Paula Stopa
Assessor de Comunicação: Fabiano Azevedo

Jornal Reparação

ISSN 2764-1996

Editor: Fabiano Azevedo

Revisão: Marcos Oliveira

Textos: Fabiano Azevedo, Iara Milreu,
Marcio Martins, Marcos Oliveira, Marília
Andrade, PH Reinaux

Projeto Gráfico e ilustrações: Leticia
Uematu, Sara Abduani

**Assessoria Técnica Independente
Paraopeba - Escritórios**

Belo Horizonte: R. Bueno Brandão 351,
Santa Tereza

Paraopeba: Av. Dom Cirilo, 609, Canaã
Pará de Minas: Avenida Minas Gerais
413, São José

Esmeraldas: Rua Senador Melo Viana,
158, 2º andar



No dia 05/03, pessoas atingidas de toda a Bacia acompanharam, na porta do Tribunal, a votação que derrubou uma ação da Vale contra o Novo Auxílio Emergencial

Auxílio Emergencial

Novo Auxílio Emergencial continua em aberto na Justiça

Fabiano Azevedo

Disputa judicial sobre o repasse ainda está em curso: Vale alega que já pagou tudo o que devia às pessoas atingidas

O Novo Auxílio Emergencial (NAE) segue sendo pago mensalmente às pessoas atingidas pelo desastre-crime da barragem de Brumadinho, em 2019, ainda que de forma liminar (ou seja, como medida provisória, pois sua manutenção ainda está sendo discutida na Justiça). Têm direito ao auxílio as pessoas que recebiam e foram cadastradas no Programa de Transferência de Renda (PTR). Instituído no âmbito do Acordo Judicial de Reparação de 2021, o PTR foi extinto quando os R\$ 4,4 bilhões previstos para ele, no Acordo, acabaram. Agora, seu cadastro é usado, provisoriamente, para que o NAE seja pago a quase 165 mil pessoas. Caso o auxílio seja instituído em definitivo, os critérios para o cadastramento deverão ser rediscutidos e mais pessoas devem ser incluídas.

O NAE resulta de uma Ação Civil Pública ajuizada no início de 2025 por associações representativas de pessoas atingidas. A ação defende que o auxílio seja implementado com base na Lei nº 14.755, a PNAB (Política

Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens). Ela garante o direito ao “auxílio emergencial (...), que assegure a manutenção dos níveis de vida até que as famílias e indivíduos alcancem condições pelo menos equivalentes às precedentes”. Após intensa briga judicial – que ainda está em curso – o NAE começou a ser pago em dezembro do ano passado.

■ **Justiça dá passos importantes em favor da continuidade do Auxílio**

No dia 05/03, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) derrubou um recurso da Vale que questionava o NAE. A Justiça mineira sinalizou que é favorável à continuidade do repasse, por entender que a Reparação Integral ainda não ocorreu, em concomitância com a PNAB. O Nacab defendeu, em nota técnica enviada às Instituições de Justiça, em abril de 2025, que a verba emergencial tem natureza acessória, ou seja, não se insere propriamente na reparação aos danos causados pelo rompimento, mas serve para man-

ter as pessoas atingidas em condições de aguardar que tal reparação ocorra. Dessa forma, deveria existir o auxílio até a reparação total dos danos, principalmente dos individuais e os supervenientes.

A expectativa é que esse seja, também, o entendimento da maioria dos 25 desembargadores que compõem o Órgão Especial do TJMG. Eles vão votar uma Reclamação da Vale, impetrada no fim de 2025, alegando que uma decisão da Justiça – o Acordo homologado em 2021 – foi descumprida com a criação de um novo auxílio. O juiz Murilo Silvio de Abreu, responsável pelo caso, reitera em suas argumentações que, neste caso, o que está em pauta não é mais o Acordo, mas a PNAB.

Ainda não há data para ocorrer a votação do Órgão Especial, mas espera-se que as pessoas atingidas se mobilizem para comparecerem à manifestação no dia desse julgamento. A presença delas ajuda a pressionar a opinião pública e a sensibilizar os magistrados pela manutenção de um direito fundamental, previsto em Lei e que segue ameaçado.

Entidade Gestora divulga regras de Crédito e Microcrédito

Proposta piloto de microcrédito, que seria iniciada em março, foi suspensa pelas Instituições de Justiça

Em março, a Entidade Gestora (EG) do Anexo 1.1 divulgou a proposta de crédito e microcrédito direcionada às pessoas atingidas e organizada em três formas de funcionamento, com base nas Finanças Solidárias: instituições de microcrédito, bancos comunitários de desenvolvimento e fundos rotativos solidários.

Parceira da EG, a Crédito Solidário – Microfinanças, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) apresentou duas linhas de microcrédito, uma para pequenos empreendedores (produtivo e orientado), com valores de até R\$ 21 mil; e outra para negócios maiores, que precisam investir mais (crédito produtivo estruturado), com valores de até R\$ 50 mil.

As duas linhas seguem a legislação que orienta a atuação das OSCIP de microcrédito e possuem juros de 2% com bônus de adimplência, ou seja, quem fizer o pagamento no prazo não paga juros, além de seis meses de carência e 36 meses para a quitação.

As pessoas atingidas demonstraram preocupação com o endividamento das famílias atingidas e a falta de participação na construção da proposta. “Estamos há mais de 7 anos nessa luta e nossa renda foi muito afetada. Como podemos falar de governança participativa desse jeito? Independente dos valores e das possibilidades, nós, atingidos, precisamos passar pelo processo de construção da proposta”, afirmou Marilei Alves, do Shopping da Minhoca.

Entenda a proposta da Entidade Gestora

Duas linhas de microcrédito

Produtivo e orientado



Para pequenos empreendedores
até **R\$ 21 mil**

Produtivo estruturado



Para negócios maiores
até **R\$ 51 mil**

2% 

Juros de 2% com bônus de adimplência

 **Quem faz o pagamento no prazo não paga juros**

 **6 meses** de carência

Até **36 meses** para a quitação

 Adequação à legislação que orienta as OSCIP de microcrédito

Embora os valores de R\$ 21 mil e R\$ 50 mil tenham sido apresentados pela Crédito Solidário como limites legais e de mercado, a Entidade Gestora enfatizou que as condições específicas (juros, carência e prazos) não estão fechadas e serão decididas nas instâncias de governança dos atingidos, nos meses de abril e maio de 2026.

Para acessar o crédito, a pessoa deve solicitar e apresentar as informações básicas para o enquadramento na linha mais adequada. Em seguida, é montado um cadastro, feita uma conversa de orientação financeira e o pedido passa por uma análise. Se

aprovado, o recurso é liberado e, depois disso, há um acompanhamento, inclusive em casos de atraso ou necessidade de renegociação.

Durante a apresentação também foi feita uma proposta piloto de microcrédito social, com valor de até R\$ 2.500 e condições de pagamento iguais às outras duas linhas, para ajudar em despesas essenciais. A proposta foi suspensa pela EG, que levou em consideração um ofício enviado pela Rede de Atingidos da R3 às Instituições de Justiça, apontando dificuldades no entendimento e questionando a falta de participação na criação da linha piloto.

Lentidão dos estudos de risco à saúde preocupa a Região 3

Relatórios da fase 1 devem ser divulgados apenas em 2027 e nova empresa, responsável pelas análises, precisará refazer as coletas para a fase 2

Passados sete anos do rompimento, a demora na apresentação dos resultados e a falta de avanço nos Estudos de Risco à Saúde Humana e Risco Ecológico (ERSHRE) causa indignação à população atingida, que segue a vida sem saber quais foram os impactos reais do desastre-crime causado pela Vale, em 2019, e os riscos aos quais está exposta, pela falta de conclusões sobre o assunto.

Em março, a Environmental Resources Management (ERM), multinacional de consultoria ambiental que assumiu os trabalhos em 2025, no lugar do Grupo EPA, se reuniu com o Nacab e a AECOM, auditora socioambiental do Acordo de Reparação. A empresa apresentou o atual cenário dos estudos, e o que foi mostrado preocupa, especialmente no que diz respeito a cronograma e necessidade de revisões.

Duante a conversa, a ERM informou que está sistematizando os dados da Fase 1 (realizada pelo Grupo EPA, de 2019 a 2024) e que as informações sobre a Re-

gião 3 devem ser compartilhadas para as comunidades apenas em 2027. Os primeiros relatórios contemplarão a Região 1, com previsão de devolutivas ainda no primeiro semestre de 2026, começando por Brumadinho.

A consultoria ambiental também informou que as coletas realizadas pelo grupo EPA para a fase 2, e que incluíam amostras de solo, sedimentos, água, hortaliças, ovos, leite, dentre outras, foram invalidadas e precisarão ser refeitas, o que representa mais tempo para a divulgação dos resultados e mais recursos gastos com as mesmas atividades. Os custos para a realização dos ERSHRE, pagos diretamente pela Vale, não têm divulgação oficial.

O planejamento da ERM prevê a elaboração de um plano de comunicação, com o cronograma e etapas, que tem o objetivo de orientar políticas de reparação e proteção à saúde e ao meio ambiente. Além disso, será feita uma campanha de identificação das lideranças locais e dos pontos estratégicos ao trabalho.



O Grupo EPA ficou anos a fio 'estudando' o território e nada entregou. Coletas foram feitas. Dados foram levantados. E o que acontece agora? A ERM, empresa contratada na sequência, vai ter que refazer coletas que já foram realizadas. Refazer. Do zero. Como se o tempo e a vida das pessoas atingidas não valessem nada. Como se submeter um atingido a mais uma coleta, mais uma entrevista, mais um formulário, mais uma espera, fosse algo trivial.

ROGÉRIO GIANNETTI

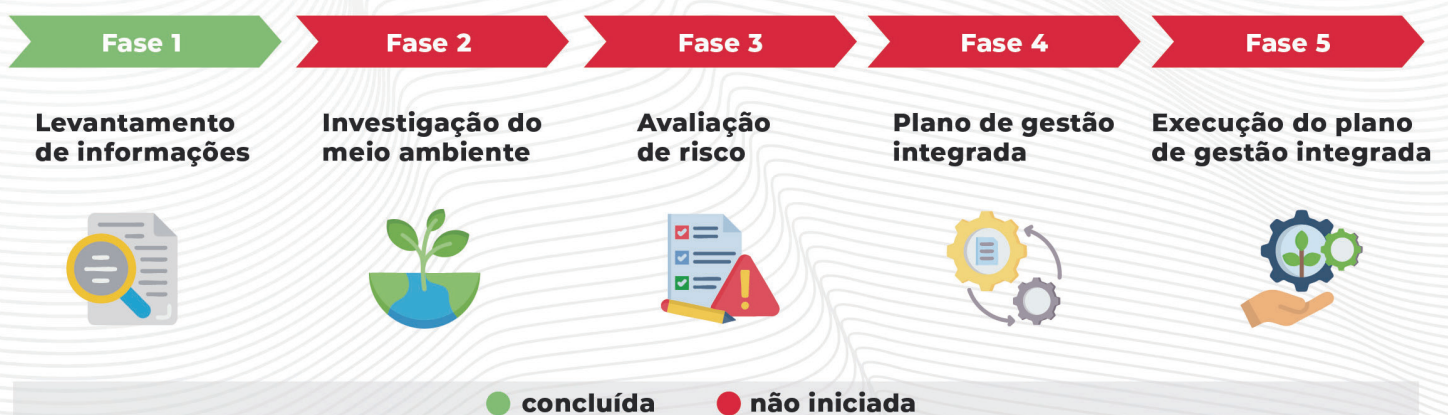
Membro da Rede de Atingidos e Atingidas da Região 3



Portal Auditoria Socioambiental AJRI
É preciso inserir CPF e data de nascimento para entrar no portal.

Marcio Martins / Nacab

Os Estudos de Risco estão divididos em 5 fases:



Vale “empurra” reparação ambiental do rio Paraopeba

Inconsistências em projetos da mineradora e pedidos por mais prazo deixam as pessoas sem o rio por mais tempo

Marcos Oliveira / Nacab

Os primeiros meses de 2026 não trouxeram grandes novidades sobre a recuperação socioambiental do Paraopeba, o que amplia as incertezas da população atingida sobre quando poderá voltar a acessar o rio.

No dia 16/01, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) emitiu o ofício nº 28/2026, reprovando o Projeto Conceitual da Reparação do Rio Paraopeba, apresentado pela Vale. O documento conta com 117 inadequações ou ajustes necessários, com revisão prevista, inicialmente, para 16/02. Entretanto, a Vale solicitou a ampliação do período para a apresentação da nova versão do projeto para 27/05, atrasando ainda mais a reparação.

Além disso, no dia 19/02, a mineradora protocolou uma carta informando novas datas para a conclusão da operação de dra-

gagem do Trecho 1 do rio Paraopeba, que tem 3 quilômetros de extensão. Inicialmente prevista para ser concluída em março de 2026, esta etapa, segundo a Vale informou, só será entregue em junho.

Ribeirinha e moradora de Vista Alegre, em Esmeraldas, Helia Baeça demonstra tristeza e indignação em relação a essa demora.



“Os prazos para a reparação dos danos já estão estourados. Infelizmente, não percebemos nenhuma ação de reparação do rio e do meio ambiente. Estamos em uma escuridão de informações e de percepções. Se houvesse transparência e diálogo, poderíamos, conjuntamente, propor ações”.



Helia Baeça
Comunidade de Vista Alegre (Esmeraldas)

Para Hugo Salis, da Gerência de Reparação da ATI Paraopeba Nacab, esses atrasos tendem a tornar o custo ambiental do desastre-crime maior e mais complexo. “Isso é preocupante, porque a exposição prolongada de rejeitos, no leito e nas margens do rio, compromete a sua regeneração natural e deixa as comunidades mais tempo privadas de suas atividades rotineiras, fragilizando o território”, ele conclui.

Segundo informações da AECOM, auditora da reparação socioambiental, a dragagem do Trecho 2 (de 3 a 6 km) estava prevista para iniciar em maio de 2026, mas após as últimas solicitações da Vale será preciso acompanhar o portal da auditoria sobre eventuais atualizações no cronograma.

Comunidades se organizam para garantir saneamento na reparação

Iniciativa parte dos próprios moradores e visa garantir recursos do Anexo 2.2

O Anexo 2.2 trata da compensação socioambiental dos danos já conhecidos e prevê ações de saneamento básico na Bacia do Paraopeba. Com cerca de R\$ 1,41 bilhão previstos, os projetos devem ser executados pelas prefeituras, em parceria com órgãos estaduais, com acompanhamento de auditoria independente.

Nos últimos anos, as comunidades têm se organizado para participar desse processo, realizando levantamentos e mapeamentos dos territórios e discutindo alternativas de saneamento mais sustentáveis, que respeitem o solo e a água. Esse diálogo com o poder público acontece principalmente por meio das comissões especiais e câmaras temáticas, que vêm se fortalecendo em alguns municípios, como Pequi e Esmeraldas.

“Onde as comissões estão mais fortalecidas, o processo anda melhor”, diz Antônio

Carlos Sousa, da Assessoria Estratégica da ATI. “Esse espaço é importante, tanto para a reparação quanto para o fortalecimento da cidadania”, ele destaca. Em Pará de Minas, por exemplo, as comunidades já indicaram interesse em tecnologias como os TEvap (sigla para Tanques de Evapotranspiração, alternativa ecológica às fossas tradicionais), mas os estudos ainda não avançaram, e a ATI segue apoiando na busca por alternativas.

Na comunidade de Muquém, em Pará de Minas, o senhor Antônio Brochado destaca que as comunidades têm acompanhado de perto o processo, junto às prefeituras e às ATIs, buscando contribuir na construção e na implementação das propostas: “Nós, atingidos, somos os mais interessados em ver a proposta que sugerimos sendo de fato implementada”, ele diz.

Projetos de Segurança Hídrica

Parte do Programa de Reparação Socioambiental, o Anexo 2.3 prevê a execução de obras e iniciativas de médio e longo prazo para aumentar a produção de água de qualidade na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), interligando sistemas, nas Bacias do Paraopeba e Rio das Velhas, garantindo o abastecimento.

Obrigação de pagar da Vale e responsabilidade do governo de Minas Gerais, suas principais iniciativas são a adutora R10-R13, que interligará os Sistemas Bacia do Paraopeba (SBP) e Rio das Velhas (SRV), e a ampliação da Estação de Tratamento de Água (ETA) Rio Manso, aumentando a vazão para 10,3 metros cúbicos por segundo e implantando mais 6 mil metros de adutora, chegando até um reservatório no município de Contagem.

Os recursos para os Projetos de Segurança Hídrica são de R\$ 3,5 bilhões, considerando a correção monetária e os rendimentos.

NESTE RITMO, A DRAGAGEM COMPLETA DO PARAOPEBA, ATÉ A REPRESA DE RETIRO BAIXO, EM 3 MARIAS, SERÁ FINALIZADA EM

2078



TRECHO 2
Início da operação: 13/05/26
Previsão: 30/06/2027

DRAGAGEM DO RIO PARAOPEBA

TRECHO 4
Início da operação: 30/12/27
Previsão: 29/12/2028

TRECHO 3
Início da operação: 07/06/27
Previsão: 30/12/2027

TRECHO 1
Início da operação: ago 2019
Previsão: 19/02/26
(NÃO ENTREGUE)



Anexo 1.3

Povos e Comunidades Tradicionais celebram início de formações

Cursos são fruto de muita luta de grupos atingidos na Bacia do Paraopeba

Após anos de luta pela garantia dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no processo de reparação da Bacia do Paraopeba, alguns avanços estão acontecendo no âmbito do Anexo 1.3 do Acordo de Reparação. Em fevereiro, foram iniciados cursos em duas casas de umbanda de Paraopeba: Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas e Terreiro de Oxóssi Sultão das Matas.

Na Aldeia das Folhas os cursos são de fabricação de instrumentos, com o mestre Fernando, e de percussão, com o mestre Bruno Batista, voltados à formação musical e à preservação dos ritmos sagrados e instrumentos tradicionais afrobrasileiros. Cada curso conta com 20 inscritos, todos filhos de santo da casa de umbanda.

“O pessoal da Aldeia das Folhas está satisfeito com esse início. As expectativas são boas para o crescimento, o aprendizado, o desenvolvimento e o fortalecimento da comunidade. É com muita esperança que a gente inicia esses cursos, porque a gente está em busca da reparação, em busca de novos horizontes”, comenta o líder religioso da casa, Pai Tozinho.

No Terreiro Oxóssi Sultão das Matas foi iniciado um curso de informática, aberto à comunidade

do Quilombo da Pontinha. Todos os 30 participantes ficarão com o equipamento, que inclui notebooks e apostilas, após concluírem o curso.

Outros grupos tradicionais que vão receber cursos de capacitação por meio do Anexo 1.3 estão localizados em Esmeraldas. O processo de consulta e pactuação com esses grupos foi no fim de 2023, e só agora, após mais de dois anos, os cursos vão começar. Segundo previsão da mineradora e do Comitê Pró-Brumadinho, responsável do governo por acompanhar o Anexo 1.3, os cursos em Esmeraldas se iniciam ainda no primeiro semestre.

“É com tristeza e insatisfação que nós, como povos tradicionais, como povos de terreiro, vamos lembrar da morosidade e descaso com as nossas causas. Para nós é sempre mais demorado e complicado. Tivemos uma perspectiva de melhora com os cursos do 1.3, porém já se passaram mais de dois anos e até agora nada de concreto. Fico imaginando uma empresa tão grande como é a que cometeu o crime, tem força para fazer as coisas em um estalar de dedos, mas para um simples curso para reparar o irreparável, nada. A gente fica pensando o porquê dessa demora”, indaga Patrik Evangelista, da Tenda Espírita Estrela de Aruanda.

Além da Estrela de Aruanda, também aguardam pelos cursos os terreiros de candomblé Kumbata Sanzala Kazembe Kia Mawanju e Nzo Atim Kimbé Loyá, a Guarda de Congado Nossa Senhora Imaculada Conceição de Urucua, a aldeia indígena Kamakã Kaêha Puá e o grupo de pescadores artesanais de Esmeraldas.

■ Entendendo o contexto

O Anexo 1.3 do Acordo de Reparação tem o objetivo de fortalecer as políticas públicas nos municípios atingidos. Em 2021, o governo do estado, com apoio das Instituições de Justiça, realizou uma consulta pública nos 26 municípios atingidos da Bacia do Paraopeba. O processo ocorreu sem considerar a necessidade de realizar a consulta prévia aos PCTs, como previsto em Lei.

Após a consulta na Bacia, as Assessorias Técnicas Independentes alertaram para a necessidade de realizar consultas específicas aos PCTs. Elas foram feitas, mas os PCTs não puderam indicar projetos que realmente os beneficiariam, e sim escolher projetos indicados na consulta popular realizada anteriormente.

Outro ponto de atenção foi a falta de transparência financeira. Os valores de cada projeto detalhado pela mineradora não são informados.

Fotos: Iara Milreu / Nacab



Curso de fabricação de instrumentos
Aldeia das Folhas Tenda Pai Julião das Almas



Curso de informática
Terreiro de Oxóssi Sultão das Matas